

ATA DA 7ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 19 de janeiro de 2009

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos dezenove dias do mês de janeiro de dois mil e nove, às nove
2 horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões dos Órgãos
3 Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da
4 Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, reuniram-se para a 7ª
5 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de
6 Defesa dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a Presidência da
7 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**, representando a
8 Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, as conselheiras e
9 conselheiros adiante indicados: **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias**
10 **Sales**, representando o Conselho de Políticas e Gestão do Meio
11 Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Ana Lúcia Carneiro Bezerra**,
12 representando a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará -
13 **SECULT**; **Dr. José Francisco de Oliveira Filho**, representando a
14 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano
15 - **PJMA**; **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**, representando o
16 **Centro de apoio Operacional da Proteção à Ecologia, Meio**
17 **Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e Cultural - CAOMACE**;
18 **Dr. João Gualberto Feitosa Soares**, Secretário-Executivo do
19 Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**;
20 **Dra. Antônia Helena Teixeira Gomes**, representando a Secretaria
21 da Fazenda - **SEFAZ**; **Dr. Edson Alves da Silva Filho**,
22 representando a Secretaria do Turismo do Estado do Ceará -
23 **SETUR**. Justificaram ausência: o representante da Assembléia
24 Legislativa - **AL** e o representante da Procuradoria Geral do
25 Estado - **PGE**; Não compareceram: o representante da Secretaria da
26 Ciência, Tecnologia e Educação Superior - **SECITECE**; o
27 representante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**.
28 **Sem representação**: as 03 (três) **ONG's**. **Dra. Maria do Perpétuo**
29 **Socorro França Pinto - PGJ**, Presidente do Conselho, cumprimentou
30 a todos os presentes. Em seguida passou para a leitura da Pauta
31 da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual Gestor do
32 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Verificada a existência de
33 quorum a sessão foi aberta. Ordem do dia - Primeiro Ponto:
34 Aprovação das Atas da 40ª, 41ª e 42ª Reuniões Ordinárias do
35 CEG/FDID que foram aprovadas sem restrições por todos os
36 Conselheiros presentes. Segundo Ponto: Apresentação dos
37 demonstrativos dos valores recolhidos ao FDID referentes aos
38 meses de novembro de 2008, com saldo no valor total de R\$
39 567.341,67 (quinhentos e sessenta e sete mil trezentos e
40 quarenta e um reais e sessenta e sete centavos) e dezembro de
41 2008, com saldo no total de R\$ 591.430,09 (quinhentos e noventa
42 e um mil quatrocentos e trinta reais e nove centavos). Terceiro
43 Ponto: Deliberação sobre o percentual da Contrapartida dos entes
44 públicos e entidades sem fins lucrativos nos projetos a serem
45 financiados pelo FDID. **Dra. Maria Ivonete Batista Albuquerque**
46 falou da Resolução CEG/FDID nº 07/04 que define os percentuais

ATA DA 7ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 19 de janeiro de 2009

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

47 mínimos de contrapartida desses entes nos projetos a serem
48 apoiados com recursos do FDID. Projetos com valor até R\$
49 150.000,00 (cento e cinquenta mil) o percentual mínimo é de 4%
50 (quatro por cento), e com valor de R\$ 150.000,00 (cento e
51 cinquenta) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil) o percentual é de 8%
52 (oito por cento). **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
53 colocou em discussão a matéria ficando acordado por todos que os
54 percentuais continuarão os mesmos. Quarto Ponto: Deliberação
55 sobre as temáticas para apresentação de projetos/2009. **Dra.**
56 **Maria Tereza Bezerra Farias Sales** sugeriu que um dos temas fosse
57 resíduos sólidos, porque entra reciclagem, educação ambiental,
58 reuso etc. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou que poderia
59 chamar tudo isso de saneamento, pois na legislação de 2007,
60 saneamento engloba limpeza urbana, tratamento de água,
61 pavimentação de ruas, coleta de resíduos domésticos. **Dra. Maria**
62 **Tereza Bezerra Farias Sales** falou que essa temática é muito boa
63 com o item saneamento ambiental. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
64 **França Pinto** indagou se todos os Conselheiros concordavam com a
65 temática com o nome de saneamento ambiental. **Dra. Ana Lúcia**
66 **Carneiro Bezerra** sugeriu que o Conselho definisse o que é
67 saneamento básico para quando do julgamento dos projetos não
68 fique nenhuma dúvida. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu
69 em vez de saneamento ambiental seria melhor saneamento segundo a
70 definição legal. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales**
71 concordou que ficasse saneamento segundo o conceito. Esse tema
72 foi aprovado por todos. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
73 **Pinto** Perguntou quem gostaria de sugerir outros temas. **Dra.**
74 **Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu criança e adolescente,
75 patrimônio histórico e restauro. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
76 **França Pinto** perguntou se a questão da preservação das praças, o
77 controle urbano não seria uma boa temática. **Dra. Maria Tereza**
78 **Bezerra Farias Sales** indagou se nesse caso era para apoiar a
79 intervenção nessas áreas ou fazer um trabalho educativo para o
80 uso dos espaços públicos. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho**
81 respondeu que as duas coisas resolveriam. **Dra. Maria Tereza**
82 **Bezerra Farias Sales** lembrou que a Prefeitura tem o Fundo
83 Municipal de Meio Ambiente. **Dr. Edson Alves da Silva Filho**
84 sugeriu a preservação do patrimônio e o controle urbano, e deu
85 como exemplo os prejuízos que o Teatro José de Alencar vem
86 sofrendo com a ocupação irregular da Praça José de Alencar. **Dr.**
87 **José Francisco José de Oliveira Filho** falou que na ocupação da
88 Praça José de Alencar, a primeira reação dos feirantes foi
89 querer invadir o teatro José de Alencar para tomá-lo como
90 protesto, e que a Guarda Municipal teve muito trabalho para
91 retirá-los, pois a Polícia Militar participou do planejamento
92 com a Guarda Municipal para retirá-los, mas que no dia aquela

93 não compareceu alegando ter uma ordem superior impedindo a
94 retirada dos feirantes. Disse ainda ser muito difícil trabalhar
95 dessa maneira, pois a retirada foi uma recomendação conjunta dos
96 dois Ministérios Públicos: Estadual e Federal. **Dra. Maria do**
97 **Perpétuo Socorro França Pinto** leu o item II do art. 2º da Lei
98 Complementar nº 46/04 e falou que os temas sugeridos pelo Dr.
99 Edson estavam ali incluídos, perguntando se os Conselheiros
100 concordavam com a temática preservação do solo urbano. **Dra.**
101 **Maria Tereza Bezerra Farias Sales** perguntou se o controle urbano
102 poderia ir para a área do plano diretor, de ocupação, pois essas
103 áreas a preocupavam muito por fazer parte de um tema global:
104 falar em ordenamento territorial e gestão de solo urbano vai
105 mexer com a Lei do Solo Urbano e com toda a Lei Orgânica do
106 Município. Achou mais conveniente abordar os temas: educação
107 ambiental e patrimônio histórico por serem mais fáceis de
108 entender e aprovar projetos. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
109 **França Pinto** sugeriu retirar o tema controle urbano solicitando
110 a sugestão de outros temas. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
111 sugeriu patrimônio e relação de consumo. **Dra. Maria Tereza**
112 **Bezerra Farias Sales** falou de uma área que está crescendo muito
113 que é a de poluição sonora. E como a ação de combate é delegada
114 aos municípios e, geralmente, eles não possuem equipamentos para
115 aferição "decibelímetro", eles se valem das Promotorias e da
116 Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE para
117 resolver esse tipo de problema. Disse que através de projetos na
118 área de educação ambiental eles podem adquirir esses
119 equipamentos que servirão para o controle da poluição sonora,
120 reduzindo muito essa demanda, como também para treinamentos.
121 **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou que a questão da
122 poluição sonora para projetos custeados com recursos do FDID
123 finalizaria sempre patrocinando a aquisição de equipamentos para
124 os municípios que podem ser adquiridos sem o patrocínio do FDID
125 ou de outro fundo. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales** disse
126 que havia falado da capacitação atrelada aos equipamentos,
127 porque todos sabem que cuidar do meio ambiente, de saneamento,
128 controle da poluição é obrigação do município, mas se não for
129 assim não se aprova projetos. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
130 perguntou se a temática seria educação ambiental com foco nos
131 diversos aspectos de poluição. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias**
132 **Sales** respondeu que nesse tema entra poluição sonora e visual.
133 **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** achou que seria somente
134 educação ambiental, tendo concordado a **Dra. Tereza Farias**. **Dra.**
135 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** perguntou se diante da
136 sugestão, o Conselho aprovava a capacitação e equipamentos
137 voltados para a poluição sonora. Ficaram aprovados os temas:
138 saneamento básico, educação ambiental, criança e adolescente e

139 proteção ao patrimônio. Leu todo o artigo 2º da lei nº 46/04, e
140 perguntou se não seria interessante ser definida uma ação para
141 os eventos educativos. Pediu ao Dr. João Gualberto para sugerir
142 algo na área do consumidor, infração à ordem econômica, defesa
143 da ordem econômica, pois ainda não havia sido apresentado nenhum
144 projeto. Que a proposta é geral, a temática é dentro das
145 finalidades do FDID. **Dr. João Gualberto Feitosa Soares** sugeriu o
146 tema educação para o consumo através de seminários, congressos,
147 DECON nos bairros, entrevistas nos meios de comunicação sobre
148 esse tema. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** disse que
149 esse tema está dentro do item II do art. 2º da lei nº 46/04.
150 **Dra. Maria Tereza Farias Bezerra Sales** falou que educação
151 ambiental pode ser feita através de seminários, material de
152 divulgação etc. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
153 indagou aos Conselheiros se concordavam que fosse colocado o
154 tema educação para o consumo que é feito através de material
155 informativo e de cartilhas. Todos os Conselheiros aprovaram o
156 tema. Perguntou quantos temas já tinham. **Dra. Maria Ivonete**
157 **Batista Albuquerque** leu: criança e adolescente, proteção ao
158 patrimônio, educação ambiental, educação para o consumo,
159 saneamento básico segundo a definição legal e reaparelhamento e
160 modernização do Ministério Público e dos órgãos estaduais de
161 execução e de apoio a quem incumbe à defesa dos interesses
162 sociais e individuais indisponíveis. **Dra. Maria do Perpétuo**
163 **Socorro França Pinto** passou para o Quinto Ponto: Deliberação
164 sobre prazos para apresentação de cartas-consulta e projetos
165 para 2009. Perguntou se continua igual ao ano de 2008 ou se
166 delibera diferente. **Dra. Maria Ivonete Batista Albuquerque** falou
167 que no ano anterior a apresentação foi no período de 1º de março
168 a 31 de maio. Recentemente foi aprovada a apresentação da carta-
169 consulta, mas que ficou para ser decidido em que documento esta
170 seria inserido: se no manual básico para apresentação de
171 projetos ou no edital. A Dra. Rimena Alves que apresentou a
172 carta-consulta sugeriu que ela fosse o anexo I do edital, e que
173 fosse apresentado no período de apresentação dos projetos, logo
174 no início, já que esta é um resumo do projeto. **Dra. Maria do**
175 **Perpétuo Socorro França Pinto** colocou em votação a matéria que
176 ficou aprovada que a carta-consulta fizesse parte do Edital.
177 Falta decidir o período de apresentação, prazo para análise,
178 para divulgação do resultado, definir o prazo para o envio dos
179 projetos pelos proponentes cujas cartas-consulta foram
180 selecionadas nos formulários próprios. **Dra. Maria Tereza Bezerra**
181 **Farias Sales** sugeriu quinze dias o período para a apresentação
182 das cartas-consulta, pois como o formulário é simples, a análise
183 será mais rápida. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu que
184 o período fosse de vinte dias corridos. **Dra. Maria do Perpétuo**

ATA DA 7ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 19 de janeiro de 2009

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

185 **Socorro França Pinto** colocou em votação o período de
186 apresentação das cartas-consulta. Ficou aprovada que será do dia
187 02 ao dia 23 de março (por ser o dia 1º um domingo). Que até o
188 dia 06 de abril o Conselho indicará as cartas-consulta cujos
189 projetos tenham sido selecionados como prioritários. Até o
190 último dia do mês de abril a Secretaria-Executiva fará à
191 publicação no endereço eletrônico da Procuradoria Geral de
192 Justiça e no Diário da Justiça a relação das cartas-consulta
193 indicadas pelos integrantes do Conselho como prioritárias. Após
194 a publicação da lista das Cartas-Consulta prioritárias, a
195 Secretaria-Executiva do CEG/FDID oficiará aos proponentes para
196 encaminhar até o dia 29 (vinte e nove) do mês de maio, os
197 respectivos projetos e documentação, por meio dos formulários
198 (Anexo I e II), contidos no Manual Básico para Apresentação de
199 Projetos. Na reunião do mês de junho os projetos serão
200 distribuídos aos Conselheiros, e na reunião do mês de julho será
201 realizada a votação dos projetos. Disse ainda que a Secretaria-
202 Executiva fará o calendário e enviará aos Conselheiros. **Dra.**
203 **Maria Tereza Bezerra Farias Sales** perguntou se com relação à
204 aprovação vai ter alguma pontuação em relação à divisão do eixo
205 temático. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** respondeu
206 que é o que o Conselho achar importante, prioritário. **Dra. Maria**
207 **Tereza Bezerra Farias Sales** atentou para a quantia disponível na
208 conta do FDID para ser gasta com projetos, pois tem temáticas
209 cujos projetos demandam muitos recursos. Pelo montante de
210 recursos acredita que o Conselho vai priorizar a qualidade dos
211 projetos e o enquadramento do tema. **Dra. Maria do perpétuo**
212 **Socorro França Pinto** falou que o Conselho deve partir do
213 princípio que vai abranger todos os projetos, obviamente vai
214 depender da qualidade destes. Sexto Ponto: Proposta de alteração
215 das Resoluções CEG/FDID nº 24/08, nº 10/05 e Manual Básico para
216 elaboração de Projetos. O material foi encaminhado para todos os
217 Conselheiros para análise e perguntou se alguém gostaria de
218 fazer alguma observação. **Dra. Maria Ivonete Batista Albuquerque**
219 falou das alterações realizadas na Resolução CEG/FDID nº 10/05 e
220 no Manual Básico para Apresentação de Projetos, como: a inclusão
221 do conceito "o que são direitos difusos" que foi utilizada a
222 redação dada pelo Fundo Federal dos Direitos Difusos -
223 Ministério da Justiça, as alterações das contrapartidas dos
224 municípios nos projetos, em atendimento a Lei de Diretrizes
225 Orçamentária 2009, e outras inclusões e supressões que visam
226 facilitar o preenchimento dos formulários por parte dos
227 proponentes dos projetos. Todas essas alterações constam também
228 na minuta da Resolução nº 26/09 que foi enviada junto com os
229 outros materiais da 7ª reunião extraordinária a todos os
230 Conselheiros. Informou ainda, que no material que foi enviado

231 aos Conselheiros, o formulário da carta-consulta estava inserido
232 no Manual Básico, mas como o Conselho deliberou que este deve
233 integrar o Edital, será então excluído do Manual Básico. **Dra.**
234 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** propôs que, como muita
235 coisa foi acrescida no Manual Básico e Resolução nº 10/05 e que
236 não deu tempo os Conselheiros examinarem todo esse ponto, que
237 fosse trazida alguma sugestão na próxima reunião ou enviadas
238 para a Secretaria. Sugeriu ainda, que o material apresentado
239 ficasse aprovado, e se tivesse algo a mais, os Conselheiros
240 ligariam para a Secretária para ela fazer as modificações. Falou
241 que *ad referendum* o Conselho já estaria aprovando a proposta do
242 colega, desde que não saísse da lei. Indagou se todos
243 concordavam com a proposta. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
244 sugeriu que as alterações fossem aprovadas com a ressalva de que
245 o texto consolidado, o texto inteiro com a inserção de todas as
246 alterações fosse então revisado na próxima sessão. **Dra. Maria do**
247 **Perpétuo Socorro França Pinto** falou que essa proposta já havia
248 sido feita, no entanto, a informação é que não há tempo, pois a
249 publicação e a divulgação do edital devem ser feitas no início
250 do mês de fevereiro. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** disse que
251 não é contra o tempo, é somente a correção do texto que seria
252 pontual. Os Conselheiros, *ad-referendum*, cada um iria examinar,
253 e se encontrasse algo no texto que for para aprovar que queira
254 modificar ou opinar, que passasse para a secretária, e essa fará
255 as mudanças. Mas o material deveria sair daqui aprovado. **Dra.**
256 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** concordou com a sugestão
257 da Dra. Sheila que o Conselho convalide na próxima reunião o que
258 foi aprovado nesta reunião, e se tiver algo que queira ser
259 mudado, será republicado. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales**
260 sugeriu que a secretária envie aos Conselheiros os textos, com
261 as exclusões sugeridas no edital e no manual básico. **Dra. Maria**
262 **do Perpétuo Socorro França Pinto** sugeriu que até quinta-feira se
263 os Conselheiros não enviarem sugestões, a secretária já mandará
264 o material para publicação. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias**
265 **Sales** fez uma colocação sobre o último item do manual básico -
266 exigências para os proponentes. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
267 **França Pinto** disse que a sugestão é para retirar essas
268 exigências. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** disse que está
269 sendo simplificadas algumas exigências que são vistas quando da
270 aprovação dos projetos. Pois são muitos os documentos que as
271 entidades têm que apresentar, e que na verdade o objetivo da lei
272 é a comprovação da idoneidade contábil e fiscal, e que podem ser
273 feito com a apresentação dos balancetes. **Dra. Maria do Perpétuo**
274 **Socorro França Pinto** falou que essa é uma sugestão e vai ser
275 remetida com as alterações, e se ninguém opinar absolutamente
276 nada, a matéria ficará aprovada, e já será enviada para

ATA DA 7ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 19 de janeiro de 2009

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

277 publicação. Indagou se todos os Conselheiros concordavam com as
278 propostas. Todos concordaram. Passou para o Sétimo Ponto:
279 Apresentação de Edital dos Projetos - 2009 para discussão e
280 deliberação. O Edital ficou aprovado com as deliberações
281 realizadas no Quinto Ponto desta Ata. Oitavo Ponto: Assuntos
282 Gerais. Falou de dois assuntos: o primeiro foi sobre a comissão
283 composta pela Dra. Sheila e pelo Dr. Gualberto para providenciar
284 imediatamente a cobrança das multas que estão na Procuradoria
285 Geral do Estado - PGE. O segundo foi a preocupação com a
286 ausência das entidades civis não-governamentais no Conselho
287 Gestor do FDID. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales** indagou
288 qual o cadastro que é consultado para saber se uma entidade está
289 irregular, pois a preocupação dela é que muitas dessas entidades
290 estaduais estão recebendo recursos federais. **Dra. Maria do**
291 **Perpétuo Socorro França Pinto** falou que são solicitados alguns
292 documentos e que esses não são apresentados. Que a Promotoria do
293 Centro de apoio Operacional dos Registros Públicos, das
294 Fundações e das Entidades de Interesse Social está fazendo um
295 trabalho, catalogando todas as fundações e todas as ONG's para
296 saber quais as que estão irregulares. Indagou porque as
297 entidades civis sem fins lucrativos que estão regulares não se
298 apresentam no Ministério Público. **Dra. Sheila Cavalcante**
299 **Pitombeira** falou que entidades regularizadas não têm interesse
300 em participar do Conselho Gestor do FDID, pois conhece uma
301 entidade que tem convênio com a OEA e que não vem para o
302 Conselho, pois já havia falado várias vezes com sua
303 representante, e ela ainda não apareceu. **Dra. Maria do Perpétuo**
304 **Socorro França Pinto** falou que das entidades que estavam
305 presentes na 41ª reunião ordinária do FDID, apenas a Federação
306 de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza solicitou o seu
307 cadastramento, no entanto, ainda não apresentou todos os
308 documentos solicitados. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
309 **Pinto** pediu sugestão aos Conselheiros de como trazê-las para o
310 Conselho do FDID, pois essa ausência é sentida por todos os seus
311 integrantes. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** sugeriu
312 ser feita uma divulgação geral através da imprensa. Dra. Maria
313 Ivonete Batista Albuquerque informou que foi enviado um release
314 da Assessoria de Comunicação da Procuradoria Geral de Justiça a
315 todos os Conselheiros para que fizessem a divulgação através dos
316 seus órgãos, como também foi realizada a divulgação através da
317 Abong e internet. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales** disse
318 que o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM
319 fez a divulgação através da sua Assessoria de Imprensa, como
320 também ela mesma havia feito a divulgação no pacto do Inhamuns.
321 Sugeriu convocar em vez de convidar essas entidades,
322 considerando que a Lei nº 46/04 determina a participação de três

323 delas no Conselho Gestor. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
324 **Pinto** falou em requerer da Superintendência Estadual do Meio
325 Ambiente - SEMACE e Superintendência Municipal de Meio Ambiente
326 e Controle Urbano - SEMAM que fosse enviada a este Conselho a
327 relação de todas as entidades ligadas ao meio ambiente para que
328 seja feita uma comunicação com elas. Do mesmo modo pediu ao Dr.
329 Gualberto para que enviasse uma relação de entidades ligadas à
330 defesa do consumidor, para o mesmo fim. **Dra. Maria Tereza**
331 **Bezerra Farias Sales** disse que no Conselho do CONPAM participam
332 a Fundação Bernardo Feitosa e a Associação Caatinga, mas que ela
333 não tinha a relação de todas as entidades ligadas ao meio
334 ambiente. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** observou
335 que a lei estabelece em seu artigo 4º, XIII que os
336 representantes dessas associações serão escolhidos mediante
337 sorteio, dentre as entidades cadastradas na Secretaria-
338 Executiva. Disse achar que a Secretária deve cadastrar várias
339 entidades e fazer o convite para o sorteio. **Dra. Sheila**
340 **Cavalcante Pitombeira** apresentou como solução que o ofício para
341 essas entidades fosse feito pela Presidente do Conselho
342 solicitando que enviem informações e cópia dos documentos para o
343 cadastro na Secretaria-Executiva. Uma vez cadastradas será
344 realizado o sorteio. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
345 disse que em primeiro lugar a Secretária tem que saber quais as
346 entidades, e depois fazer o ofício. Perguntou se todos
347 concordavam. **Dr. Edson Alves da Silva Filho** sugeriu que os
348 dirigentes de cada órgão representado nesse Conselho enviassem
349 uma relação com o nome das entidades para a Secretária montar o
350 cadastro. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** perguntou
351 se os Conselheiros concordavam com essa proposta. Todos
352 concordaram. Fez alguns comunicados: 1 - Através do ofício
353 circular nº 04/09 os Promotores de Justiça foram informados da
354 transferência da conta do FDID para a Caixa Econômica Federal
355 com o número da nova conta, operação e agência; 2 - Das
356 entidades não-governamentais que participaram da 41ª reunião
357 ordinária desse Conselho, apenas a Federação de Entidades de
358 Bairros e Favelas de Fortaleza deu entrada no pedido de
359 cadastramento para participar do Conselho Gestor do FDID. A
360 Secretaria-Executiva enviou ofício a entidade solicitando a
361 documentação faltosa, mas até a presente data os documentos não
362 foram enviados.; 3 - Enviados através de e-mail aos Conselheiros
363 para divulgação, matéria da Assessoria de Comunicação da
364 Procuradoria Geral de Justiça informando das inscrições para
365 preenchimento das 3 vagas no Conselho Gestor destinadas as
366 ONG's; 4 - Enviado através de e-mail aos Conselheiros,
367 calendário das reuniões do Conselho para 2009; 5 - Enviado em
368 nome do Conselho telegrama ao Dr. Osterne Feitosa desejando-o

ATA DA 7ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 19 de janeiro de 2009

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

369 pleno restabelecimento. Palavra Facultada: Passou a palavra para
370 os Conselheiros. **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales**
371 parabenizou a Dra. Socorro pela condução dos trabalhos, e
372 desejou que em breve as ONG's estejam participando desse
373 Conselho. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** desejou ao
374 Egrégio Conselho um ano profícuo, e que seja mais acelerado que
375 em 2008, no sentido de que possa esse Fundo arrecadar mais para
376 que possa aprovar projetos arrojados, para que a qualidade de
377 vida seja melhor nas áreas das temáticas escolhidas em 2009,
378 contando com a presença de todos os Conselheiros dando
379 continuidade para a execução de projetos ambientais,
380 consumeiristas e de outros direitos difusos e coletivos. **Dra.**
381 **Sheila Cavalcante Pitombeira** desejou a todos nesta primeira
382 reunião, um 2009 bem profícuo profissionalmente e pessoalmente,
383 com muita saúde e paz. **Dr. João Gualberto Feitosa Soares**
384 parabenizou a Dra. Socorro pela condução dos trabalhos, e
385 desejou a todos um ano próspero, e perguntou se haveria a
386 possibilidade de fazer uma subconta dentro da conta do FDID para
387 que seja verificado qual o órgão que faz mais depósito. Informou
388 que está enviando para a Secretaria desse Conselho cópia dos
389 comprovantes oriundos dos processos de infrações ao consumidor.
390 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** falou que está sendo
391 providenciado. **Dra. Antônia Helena Teixeira Gomes** desejou um
392 2009 muito bom para todos e bastante proveitoso para o Conselho.
393 **Dr. Edson Alves da Silva Filho** desejou feliz ano novo a todos.
394 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** indagou se mais
395 alguém queria fazer uso da palavra. Como não houve manifestação,
396 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão.
397

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Presidente do CEG/FDID

Maria Tereza Bezerra Farias Sales
Conselheira - CONPAM

Ana Lúcia Carneiro Bezerra
Conselheiro - SECULT

Antônia Helena Teixeira Gomes
Conselheira - SEFAZ

ATA DA 7ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 19 de janeiro de 2009

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

398

399

400

401

José Francisco de Oliveira Filho

402

Conselheiro - **PJMA**

403

404

405

406

Sheila Cavalcante Pitombeira

407

Conselheira - **CAOMACE**

408

409

410

411

João Gualberto Feitosa Soares

412

Conselheiro - **DECON**

413

414

415

416

Antônia Helena Teixeira Gomes

417

Conselheira - **SEFAZ**

418

419

420

421

Edson Alves da Silva Filho

422

Conselheiro - **SETUR**